



Índice

- 01** Com projeto cancelado, índios temem que Petrobras descumpra acordo
- 02** Prefeitura de Sidrolândia deve construir escola para índios da Aldeia Tereré
- 03** Justiça federal garante auxílio-maternidade a indígenas a partir dos 14 anos em 35 cidades do RS
- 04** Índio homicida com inúmeras passagens pela polícia é preso em São Félix do Araguaia
- 05** Índios ameaçam fechar novamente a rodovia
- 06** FUNAI "dá cano". Índios reagem e ameaçam bloquear 163 novamente na segunda-feira,(09)
- 07** Bororo sabe chorar seus mortos
- 08** AM – Nota de Repúdio à Extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND)
- 09** Maranhão: Detidos homens armados que ameaçavam comunidade quilombola
- 10** Deborah Duprat, coordenadora da 6ª CCR do MPF, faz um balanço das ações de 2014 e fala das expectativas para 2015
- 11** Agora é oficial: a PEC 215/2000 foi desarquivada, como parte do acordo com os ruralistas anunciado por Heinze
- 12** Prefeitura de Sidrolândia deve construir escola para índios da Aldeia Tereré



- 13** [Corrupção na Petrobrás afeta índios no Ceará](#)
- 14** [E a Funai demarcando terra: Em Goiás, apenas 4% dos índios vivem nas tribos](#)
- 15** [TO – Ministério Público Federal realiza audiência para debater licenciamentos de empreendimentos no entorno de Território Apinajé](#)
- 16** [Assim na terra como no céu Guarani, por José Ribamar Bessa Freire](#)
- 17** [Parque do Caparaó quer afastar índio guarani do Deus da Montanha](#)
- 18** [Justiça Federal desbarata quadrilha indígena em Santa Catarina](#)
- 19** [Declaração de guerra aos Povos Indígenas do Brasil](#)
- 20** [Senador quer indígena do Pará no comando da Funai](#)
- 21** [Pais acusam índios de causar acidente que matou filha de 4 anos em Mato Grosso: 'Não são só índios, é uma quadrilha'](#)
- 22** [Decreto ilegal do ex presidente Lula equipara comunidades tradicionais à indígenas](#)
- 23** [Hidrelétricas e condicionantes: descumprimento é recorrente na Amazônia](#)
- 24** [Projeto que dá poderes ao Congresso no assunto de terras indígenas pode ser desarquivado](#)
- 25** [Descendentes de escravos no Amazonas conseguem título de remanescentes de quilombo](#)
- 26** [Indígenas tentam barrar PEC que emperra demarcação](#)
- 27** [Cultura indígena terá promoção turística internacional](#)



Com projeto cancelado, índios temem que Petrobras descumpra acordo

SÍTIO GLOBO.COM, 07.02.2015

*Empresa desistiu de refinaria que ocuparia terreno cedido por indígenas.
Atuais terras já foram cortadas por cercas, gasodutos e rodovias.*

Os índios que tiveram terras desapropriadas para dar lugar à refinaria da Petrobras no litoral do Ceará vivem tempos de incerteza. Com o cancelamento do projeto, o povo Anacé teme que a estatal descarte também o apoio à transferência dos indígenas para uma nova reserva, algo acertado em troca da cessão da área que abrigaria o empreendimento.

Em 28 de janeiro, a Petrobras informou no balanço do terceiro trimestre que as duas refinarias Premium, no Ceará e Maranhão, não saíam do papel. A empresa sofre uma grave crise e anunciou nesta sexta (6) seu novo presidente. Uma cidade no norte do Maranhão também conta os prejuízos.

O cancelamento dos empreendimentos gerou perdas de R\$ 2,707 bilhões. Cerca de R\$ 600 milhões já haviam sido investidos pela estatal em serviços como a construção de dutos e terraplanagem do terreno destinado à Premium II.

O povo Anacé afirma que concordou em deixar as áreas de Matões e Bolso, que ficam no limite entre as cidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no litoral cearense, sob as seguintes condições: que o governo do estado construísse uma nova reserva para a comunidade, a União reconhecesse o território como indígena e a Petrobras investisse no processo de transferência para amenizar os impactos da saída do local onde viveram.

Outro ponto do acordo foi não remover o cemitério indígena do povoado.

O terreno onde ficará a nova morada dos Anacé fica dentro de Caucaia, a 13 km da atual. O governo diz que o valor das obras da reserva é de R\$ 13.752.248,23 (proposta vencedora da licitação). "A reserva, que espalhada por uma área de 540 hectares, terá escola, posto de saúde, casas, sistemas de abastecimento de água e esgoto entre outras benfeitorias para abrigar as 163 famílias a serem realocadas", diz nota. A previsão de conclusão das obras é março de 2015.

Terra "sufocada"

As terras indígenas de Bolso e Matões foram cortadas por cercas, gasodutos e rodovias que iriam abastecer a refinaria. Alessandra Maria, moradora de Matões, se diz "sufocada" na própria terra.

Os moradores têm de conviver com o trânsito e a violência. Heloísa Gustavo se queixa da movimentação de caminhões que fazem a "poeira subir" e causam doenças respiratórias nos

CONT.



filhos. "O sossego e a tranquilidade daqui não existem mais. Até violência, que não tinha por aqui, já virou comum", afirma Alessandra Maria.

"O melhor é que a gente não tivesse que sair daqui, mas nosso terreno foi tão invadido, tão cortado por estradas, descaracterizado, que o melhor é ir para a nova reserva. A gente fica triste. É ruim ter que deixar aqui, mas já decidimos", diz ela.

Falta de definição

A União já declarou a terra como área dos Anacé, e o governo do estado dá continuidade às obras da reserva, com construção de casas, posto de saúde e escola. Da Petrobras, eles seguem sem respostas, segundo os índios que conversaram com o G1 em visita à aldeia.

A companhia não deu posicionamento sobre a questão até a publicação desta reportagem. O governo cearense diz que "as obras da Reserva Anacé estão em andamento normal, já com a conclusão dos serviços de terraplenagem, instalação de rede de energia, vias de acesso, execução e delimitação dos lotes".

São 134 famílias de Matões e 29 de Bolso já indenizadas esperando a conclusão da reserva para fazer a mudança. Parte do lugar onde moram daria lugar à Premium II.

O acordo feito pela Petrobras segundo os Anacé, era financiar a transferência da produção das famílias afetadas, como as hortaliças de Antônio Alexandre. "A nossa vida agora é de incerteza. A gente não sabe se vale a pena ficar aqui e expandir a produção, se aguarda para investir na reserva que está em construção ou se vão manter os acordos que tinham de ajudar a transferir nossa produção".

Vários indígenas da região plantam hortaliças que abastecem mercados das cidades vizinhas. Com a desistência da Petrobras em investir na refinaria, eles não sabem como será a transferência do cultivo.

Reunião na segunda

Os indígenas têm reunião marcada com membros da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da Petrobras nesta segunda (9), na sede do Ministério Público Federal no Ceará, em Fortaleza. No encontro, eles vão reivindicar do governo e da Petrobras o cumprimento dos acordos. Os líderes indígenas afirmam que ainda não foram notificados formalmente sobre o fim do empreendimento e só devem comentar oficialmente sobre o assunto após a reunião no Ministério Público.

Outra preocupação dos indígenas é a manutenção dos serviços de educação e saúde na futura reserva. Na quarta-feira (4), as 134 famílias da área participaram de uma campanha de vacinação contra o sarampo. A cidade de Caucaia registrou um caso da doença neste ano, o que colocou o Ceará em estado de atenção.

"O serviço de saúde é muito eficiente, atende quem é indígena e quem não é porque temos o apoio do governo municipal de Caucaia. O que não temos certeza, e também queremos garantir, é que isso tudo continue no terreno da União", diz Alessandra Maria.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

O governo estadual diz que um posto de saúde será construído na nova reserva.

Denúncias

O Ministério Público Federal apura denúncia de problemas na construção das casas previstas no projeto Taba dos Anacés. Lideranças indígenas informaram as que obras estariam causando danos ao meio ambiente, por conta de aterramento de uma lagoa.

Também relataram irregularidades em dimensões das residências, utilização de materiais de baixa qualidade nas obras e que equipamentos de seguranças não estariam sendo utilizados por trabalhadores contratados pela empreiteira.

O governo do estado nega as denúncias de problemas na construção e diz que a obra "respeita todas as especificações do edital" e é fiscalizada por dois engenheiros da Secretaria Estadual da Infraestrutura.



Prefeitura de Sidrolândia deve construir escola para índios da Aldeia Tereré
SÍTIO MS NOTÍCIAS, 07.02.2015

A escola terá quatro salas de aula e 356 metros quadrados de área construída

Ao que tudo indica saíra do papel, no município de Sidrolândia, o projeto de uma escola com quatro salas de aulas e 356 metros quadrados de área construída, para atender a Aldeia Tereré. Os recursos serão da própria prefeitura do município.

Hoje, as crianças da aldeia estudam em duas salas improvisadas no centro comunitário, como extensão da Escola Municipal Cacique Armando Gabriel, com sede na Aldeia Córrego do Meio. O projeto foi apresentado pelo prefeito Ari Basso a lideranças da comunidade. O investimento previsto é de R\$ 350 mil.

Além do novo prédio será iniciado o processo de transformar a extensão numa escola própria que é reivindicada há muito tempo pelos índios. As informações são do região News

Há algum tempo havia um projeto de construir uma escola de seis salas de aula com recursos do FNDE (Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação) que acabou não sendo levado adiante porque ainda não se confirmou a doação de uma área de três hectares (onde o prédio seria edificado) prometida pela Imobiliária Ajurycaba, que vai fazer um empreendimento imobiliário próximo a aldeia.



Justiça federal garante auxílio-maternidade a indígenas a partir dos 14 anos em 35 cidades do RS

SÍTIO RÁDIO VERA CRUZ, 07.02.2015

A Justiça Federal, em Santo Ângelo, determinou a concessão do auxílio-maternidade para índias da etnia Mbyá-Guarani a partir dos 14 anos de idade. O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) defendendo que particularidades da cultura indígena a diferem dos costumes e concepções dos não índios, principalmente em questões relacionadas ao trabalho e à reprodução.

Para o magistrado, o caso levanta a necessidade de respeitar e preservar as tradições, cultura, crenças e costumes do povo indígena. "Ora, tenho, desse modo, que a situação da gestante maior de 14 e menor de 16 anos que atua na atividade rurícola pode ser equiparada à do aprendiz, reconhecendo-se, assim, a condição de segurada especial", concluiu o juiz Daniel Luersen.

Entendeu, entretanto, que a concessão do auxílio-maternidade não deve ser dada para toda menina indígena com idade inferior a 16 anos, como queria o MPF. A decisão vale para 35 municípios gaúchos: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Caibaté, Catuípe, Cerro Largo, Chiapetta, Coronel Barros, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Giruá, Guarani das Missões, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Mato Queimado, Nova Ramada, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro do Butiá, São Valério do Sul, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Fonte: Rádio Guaíba



Índio homicida com inúmeras passagens pela polícia é preso em São Félix do Araguaia

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 07.02.2015

O indígena que é considerado um criminoso de alta periculosidade foi preso em flagrante

O indígena Eber Tirawa Musion Karajá foi preso na tarde desta quinta-feira, (05), por policiais civis do município de São Félix do Araguaia, o suspeito possui inúmeras passagens pela polícia entre elas tráfico de drogas e homicídio.

Conforme informações repassadas pela Polícia Civil, o indígena acabou sendo preso após a operação "Interior Seguro" ser deflagrada, o índio cometia furtos pela cidade para sustentar o vício em drogas, com ele a polícia apreendeu um celular produto de furto.

O indígena que é considerado um criminoso de alta periculosidade foi preso em flagrante e encaminhado a Cadeia Pública de São Félix do Araguaia.



Índios ameaçam fechar novamente a rodovia

SÍTIO FOLHA DE COLIDER, 07.02.2015

Segundo o Cacique Raoni as negociações não aconteceram como prometido pelas autoridades na liberação da BR 163 no trecho entre Santa Helena e Itaúba. Representantes da FUNAI não compareceram em Colíder para a reunião que estava marcada para Quarta Feira. (4).

Na quinta-feira (5), os Indígenas receberam um ofício dizendo que a reunião extraordinária do CONDISI seria acertada com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina-SPDM, com a proposta a ser realizada nos dias 12 e 13 de Fevereiro.

Para o Cacique Raoni o prazo que os indígenas deram para esta reunião se encerra na segunda-feira, caso não obtiverem resposta positiva vão interditar novamente a BR 163 no trecho entre Nova Santa Helena e Itaúba.

[Vídeo.](#)

Reportagem News



FUNAI “dá cano”. Índios reagem e ameaçam bloquear 163 novamente na segunda-feira,(09)

SÍTIO AGUA BOA NEWS, 07.02.2015

Cacique Raoni, em Colider-MT, fala aos quatro ventos que as reivindicações não aconteceram como prometido pelas autoridades estadual e federal na liberação da BR 163 no último bloqueio realizado

Falta de crédito nas promessas políticas e o não comparecimento de representantes da Funai em uma reunião marcada no meio de semana, aliada a falta de condições na saúde, podem levar índios a trancar a BR 163 no mesmo local.

Informações obtidas são as de que na segunda-feira (09), os indígenas da aldeia de Colíder-MT e região, estarão se deslocando para a estrada nacional e podem bloqueá-la no trecho entre Santa Helena-MT e Itaúba novamente.

A BR ficou trancada pelos índios por (05) dias recentemente, gerando prejuízo aos cidadãos de inúmeros municípios do norte do Estado de Mato Grosso, provocando inúmeros prejuízos a toda uma região.

Os indígenas alegam falta de medicamentos na aldeia, e querem de imediato a exoneração de Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmento, coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A Coordenadora não foi dispensada pelo governo federal, e para piorar a situação, ainda aumentou a revolta, com o adiamento da reunião marcada para acontecer no meio da semana, precisamente nos dias 12 e 13 de Fevereiro .

Ao todo, são mais de 2 mil índios, que fazem a reivindicação. Informações são de que, lideranças das 39 aldeias da região enviarão mais índios ao manifesto desta vez.

Segundo informações obtidas por este veículo de comunicação, pode estar faltando além de medicamentos, combustível para os barcos e outros veículos usados pelos indígenas.

Bororo sabe chorar seus mortos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2015

Rituais dessa etnia indígena são essenciais para a reconstrução de uma sociedade desequilibrada pela morte e aniquilada pela ocupação branca



Por Lucíola Zvarick, em RBA

A frase do título é resultado de uma longa amizade entre o marechal Cândido Rondon e o chefe Bororo Oarine Okuneu, o Cadete. Em muitas ocasiões, Cadete aconselhou o antológico indigenista a morrer entre “os seus”. Sim, os Bororo, ou Boe, como se autodenominam, sabem chorar os seus mortos. O sol ardia no cerrado descampado e não tinha vento, apenas um bafo quente, quando o carro da reportagem deixava a rodovia BR-070 e adentrava o território em que ouviria essas e outras histórias da etnia.

A Terra Indígena Meruri ocupa 82 mil hectares de área no município de General Carneiro (MT), a 460 quilômetros de Cuiabá. Nesta área homologada em 1987 vivem pouco mais de 400 índios, distribuídos entre as aldeias Meruri e Garças.

A reportagem documentaria parte dos ritos funerários em homenagem ao líder José Carlos Meruri Ekureo, morto em 19 de junho passado, aos 80 anos. Era o último grande chefe de ritual Bororo da aldeia Garças. Em setembro, seu corpo ainda descansava no centro da aldeia, em uma cova rasa, sob um manto de terra e folhas de palmeiras. Em breve sua alma estaria livre para percorrer o caminho até a aldeia dos que morrem.

Porém, a comunidade ainda teria de aguardar. Diariamente, a cova é regada para acelerar o processo de decomposição do corpo, cujos ossos, ao final, deverão receber um ornamento especial e ser enterrados ou depositados numa lagoa. No caso do velho José Carlos, o ritual

CONT.

seria finalizado com uma bênção católica e os ossos sepultados no cemitério da aldeia vizinha, Meruri, onde se instalou uma missão salesiana em 1902. Nesses 112 anos de contato, o grupo sofreu transformações. Aprenderam a falar e a rezar com os não-índios, enfraqueceram sua língua, seus rituais foram proibidos total ou parcialmente, e suas conexões com outros povos vizinhos foram alteradas para sempre.

Há algum tempo, um processo de autocritica dos missionários, depois de constatar o aniquilamento cultural dos Bororo, culminou com a retomada da língua indígena a partir do ensino bilíngue na aldeia Meruri. Uma esperança de resgate de estruturas fragilizadas e relegadas às sombras da identidade de cada Bororo.



Homens, mulheres, jovens e crianças estão pintados com o negro do jenipapo e o vermelho do urucum. De Renato Soares.

Funeral

Entre os episódios que marcam o ciclo de vida da etnia, a morte é um dos mais importantes. Durante aproximadamente três meses de ritos funerais, os jovens são familiarizados com os valores dessa sociedade dualista. São lembradas regras de reciprocidade e de iniciação à vida adulta. Os rituais são essenciais para a reconstrução da sociedade desequilibrada pela morte. A cada funeral, todos os mortos são lembrados por seus parentes vivos e por seus representantes rituais por meio de um par de cabacinhas tocadas pelo condutor do cerimonial.

É quando se dá o encontro entre o mundo dos vivos e o universo dos mortos. Os ritos reafirmam a oposição e complementaridade entre as duas metades em que se dividem a aldeia e a própria sociedade Bororo: os Eceráe e os Tugarégue. Cada uma dessas metades é subdividida em clãs com deveres bem definidos: do fornecimento de tintas para as pinturas corporais e as penas para os adornos plumários às representações rituais, que caberão ao clã da metade oposta à da família do morto.

Terezinha, a filha, e Jacira, neta do ancião recém-falecido, tinham marcas de escarificação nos braços. O cacique da aldeia Garças, Emílio Cugoxereu, é marido de Jacira. É parte do ritual funerário os parentes próximos, especialmente as mulheres, se arranharem. No caso das duas, como houve perda da tradição, elas o fizeram com cacos de vidro. Também assim expressam a profunda tristeza pela morte de um ente querido. A reportagem acompanhou desde a

CONT.

confecção de duas grandes rodas com talos de folhas de buriti – uma simbolizando o homem e a outra, a mulher – até a sua utilização durante os rituais.

Entre eles, o Aije (espírito misterioso). Numa noite de sábado, a celebração ao redor do corpo e diante das duas grandes rodas é longa. O chefe de cabacinha e condutor da cerimônia puxa os que contavam a história de heróis Bororo e exaltavam a vida do falecido. Em dado momento, os homens se revezavam com as rodas alçadas à altura da cabeça, e com elas dançavam e saltavam freneticamente. Em algumas etapas, não é permitida a presença de mulheres e crianças, sob a crença de que teriam a morte próxima. Elas ficam dentro das malocas, um tanto nervosas diante da suposta presença dos espíritos em rituais de que apenas os homens participam.

Na tarde do dia seguinte, já com o sol batendo lateralmente, chega-se ao ponto. Homens, mulheres, jovens e crianças estão pintados com o negro do jenipapo e o vermelho do urucum. A simetria e a perfeição dos desenhos realçam a beleza exótica dos rostos. As mulheres pintam filhos e netos. No centro da aldeia, homens maduros e jovens índios, vestidos com parikos (cocares) majestosos de penas de arara azul e mantos com pele de jaguatirica, entoam novos cantos de evocação dos espíritos ancestrais e dançam, por cerca de quase três horas, ao redor do corpo do ancião.

Aquele foi um fim de semana de esforço coletivo entre os moradores da aldeia Garças e de Meruri. Representantes de outras aldeias Bororo também compareceram. A realização de um funeral ritualista sempre é um ato de coragem e respeito, exige empenho e determinação. A tristeza é, de certa forma, neutralizada pela riqueza do aprendizado e pela vontade de celebrar a magnitude da vida.



Na cova rasa, o corpo do líder José Carlos Meruri Ekureo se decompõe até que sobrem somente os ossos. Foto de Renato Soares

Comer, pescar, viver

Na aldeia Garças moram 30 pessoas. A casa do cacique Emílio e sua família é feita de palha de buriti e coberta com telhas de amianto. Não há plantação de nenhum tipo de grão ou tubérculo em toda a aldeia. "O trator que nos ajudava a arar a terra quebrou, e a Funai não colocou outro. Já plantamos muito arroz nestas terras, mas agora parou tudo", lamenta o cacique. "Vocês vieram num momento em que estamos de luto, e as atividades – até a escolinha das crianças – estão paradas."

CONT.



A comunidade deixou de plantar há alguns anos. A pesca e a caça também ficaram escassas no local. Praticamente tudo o que comem é comprado na cidade: do arroz e feijão preparados no almoço e jantar, aos salgadinhos e guloseimas industrializados que as crianças consomem esporadicamente. Percorrem de bicicleta ou de carona os 15 quilômetros entre a aldeia e a BR-070, que os levará às cidades mais próximas, General Carneiro e Barra do Garças. Para pagar o supermercado, usam recursos provenientes do Bolsa Família e do INSS, especialmente por meio das aposentadorias por invalidez.

Os Bororo ocupavam uma extensa área calculada em 400 mil quilômetros quadrados, no estado de Mato Grosso, quando se deram os primeiros contatos com a civilização branca, com a chegada dos bandeirantes paulistas, no começo do século 18. A população era estimada em cerca de 10 mil. Pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, a língua Bororo é falada por quase toda a população, estimada em 1.700 pessoas espalhadas em dez aldeias em áreas descontínuas do estado.

A classificação é feita a partir dos dois grandes clãs Eceráe e Tugarégue, em que moradores de uma metade só podem se casar com os da outra. Ao nascer, uma criança receberá um nome ligado ao clã de sua mãe. A sociedade Bororo também é matrilocal, ou seja, os filhos pertencem ao clã da mãe, a mulher é chefe da casa e o homem, seu hóspede.

A demora para a finalização do funeral do velho José Carlos criou uma certa angústia na aldeia Garças. Já se passaram os três meses de praxe e o corpo ainda não havia se decomposto. O motivo? Houve um erro, e em vez de colocarem preparados que acelerariam o processo de decomposição, passaram resina, o que acabou por impermeabilizar a pele. O engano aconteceu porque morrera justamente aquele que detinha tais conhecimentos. Mais um sinal de que a comunidade teria de reaprender esse e outros processos do fascinante ciclo de vida da etnia. Um pouco nos livros, um pouco com os anciãos de outras aldeias.

Foto: Em alguns momentos, mulheres e crianças ficam de fora do cerimonial. Os Bororo acreditam que teriam a morte próxima. Foto de Renato Soares



AM – Nota de Repúdio à Extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2015

Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) divulga nota de repúdio contra extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas.



FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS
(FOCIMP)

Nota de Repúdio

Nos últimos dias, temos acompanhando as eventuais mudanças que o Governador do Estado do Amazonas pretende realizar, entre elas, a transferência das atribuições da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) para a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS). A nosso ver, tal decisão é um tanto radical; causando uma série de impactos negativos para o Movimento Indígena do Estado do Amazonas.

E é Diante desta atual conjuntura que a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Meio Purus (FOCIMP) torna público o seu apoio à permanência da SEIND como Secretaria representativa dos Povos Indígenas do Estado do Amazonas, uma vez que a mesma contribuiu significadamente para o desenvolvimento das populações indígenas que habitam o Estado, como também, auxiliou na construção de projetos sociais; na capacitação de agentes indígenas e foi promotor, muitas das vezes, de ações públicas nas mais variadas regiões de Amazonas.

A SEIND sempre esteve ao lado do movimento indígena, e reduzi-la a uma repartição do SEAS significa, entre outras coisas, inibir a conquista dos Povos Indígenas, sobrepujar o Direito da representatividade desses povos dentro do Governo do Estado do Amazonas, que é constituído pela diversidade de povos indígenas, e é por essa diversidade que acreditamos que devemos ter uma Secretaria exclusiva; que leve para o Governo do Estado propostas de ações específicas para as populações indígenas.

Neste sentido, reivindicamos, enquanto Movimento Indígena e, principalmente, eleitores que acreditavam no Governo do Estado do Amazonas, a permanência da SEIND enquanto Secretaria de Estado, enquanto órgão representativo dos Movimentos Indígenas do Amazonas.

Atenciosamente;

Zé Bajaga Apurinã

Cacique e Coordenador Executivo da FOCIMP

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS
RUA: JOÃO BOSCO DE LIMA Nº. 1245, BAIRRO DA FONTE- LABREA- AM CEP: 69.830-000.
E-mail: focimp.mediopurus@hotmail.com ou focimp@yahoo.com.br



Maranhão: Detidos homens armados que ameaçavam comunidade quilombola
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2015

Anistia Internacional

Após a detenção de cinco homens armados que ameaçavam a comunidade quilombola São José de Bruno, os moradores disseram à Anistia Internacional que se sentem seguros novamente. A comunidade está localizada no município de Matinha, no estado do Maranhão. Em julho de 2014, um fazendeiro local invadiu parte do território da comunidade de São José de Bruno, onde desflorestou, cercou parte da área e soltou gado ali, impedindo que algumas das famílias do quilombo cultivassem sua colheita nas terras.

Após várias tentativas da comunidade de protestar contra as ações do fazendeiro, este colocou um pistoleiro para patrulhar a área. O fazendeiro também ameaçou verbalmente alguns dos membros da comunidade e disse que tinha a intenção de assumir as terras, que estas pertenciam a ele, e que "inclusive poderia haver mortes". Cerca de 20 famílias da comunidade estavam sendo ameaçadas e intimidadas.

A Anistia Internacional lançou uma Ação Urgente sobre o caso em outubro de 2014, o que gerou mobilização global através da Rede de Ações Urgentes. Pessoas do mundo todo enviaram cartas ao Secretário de Segurança Pública e ao Presidente do Instituto de Terras do Maranhão, pedindo proteção para a comunidade e exigindo que as ameaças fossem investigadas.

Em 19 de dezembro de 2014, a polícia local deteve cinco homens armados que estavam patrulhando a comunidade. Um dos homens ficou sob custódia e foi formalmente acusado. Ele foi libertado sob fiança alguns dias depois, mas enfrentará acusações por ameaçar a comunidade.

Esta detenção foi precedida por uma resolução judicial a favor da comunidade, emitida em resposta a uma petição apresentada em 14 de outubro de 2014 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que solicitava que o Estado empreendesse ações para proteger a comunidade frente à invasão de suas terras. Em seguida, o fazendeiro local que estava tentando invadir as terras da comunidade abandonou a região.

Participe da nossa Rede de Ações Urgentes e atue na defesa de indivíduos em risco.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Deborah Duprat, coordenadora da 6ª CCR do MPF, faz um balanço das ações de 2014 e fala das expectativas para 2015

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2015

canal MPF

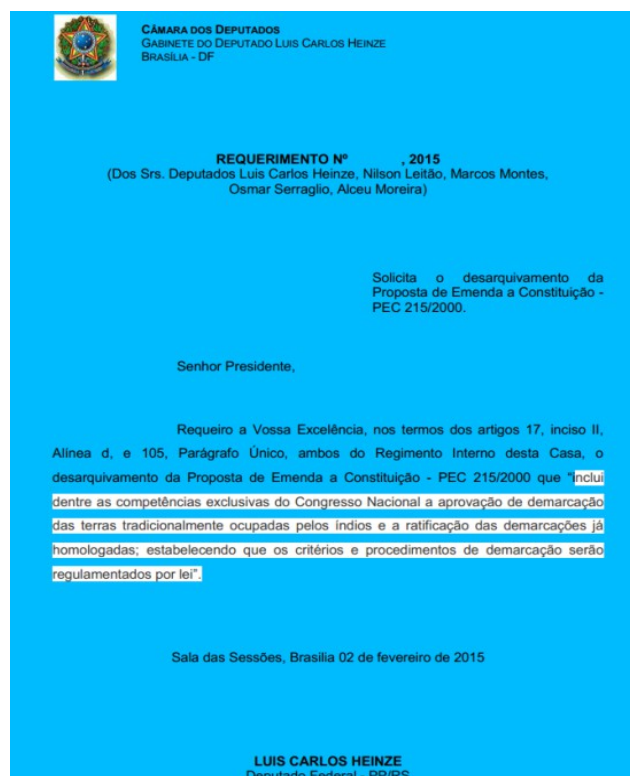
Na série de entrevistas com os coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, chegou a vez da Sexta Câmara, que tem como objetivo proteger e preservar a cultura de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

[Vídeo.](#)



Agora é oficial: a PEC 215/2000 foi desarquivada, como parte do acordo com os ruralistas anunciado por Heinze
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2015

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Requerimento de Heinze e outros ruralistas,
pedindo o retorno da PEC 215/2000

A Proposta de Emenda à Constituição 215/2000 foi formalmente desarquivada ontem pelo novo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em resposta a requerimento assinado por Luis Carlos Heinze. Embora inconstitucional e repudiada pelos povos indígenas, quilombolas e todas as pessoas e instituições que respeitam seus direitos e a Constituição de 1988, a PEC 215 deverá voltar assim ao exame por parte de uma comissão especial, a ser para isso constituída.

Apresentada por Almir Sá (PPB/RR), a 215 pretende alterar a Constituição Federal, modificando os artigos 49 e 231. A ela foram apensadas outras propostas em tramitação, todas buscando passar para o Legislativo decisões concernentes a direitos indígenas e/ou quilombolas e, até, criação de unidades de conservação.

Em dezembro, os ruralistas buscaram de todas as formas botar em votação substitutivo que seria formalmente

apresentado por Osmar Serraglio (ver AQUI). A resistência de representantes dos povos indígenas e de seus aliados, incluindo alguns deputados, impediu que isso se desse, entretanto. Regimentalmente arquivada no dia 31 de janeiro, a PEC foi objeto de requerimento para sua re-inserção em debates no dia 2 de fevereiro, assinado por Luís Carlos Heinze e outros deputados ruralistas (foto abaixo). E ontem, dia 6 de fevereiro, foi ressuscitada por Eduardo Cunha.

É importante recordar (e cobrar!!) que no dia 17 de dezembro foi protocolada na Presidência da Câmara uma Representação subscrita por diversas entidades e pessoas físicas, pedindo a

CONT.



abertura de processo disciplinar contra Osmar Serraglio, tendo por base denúncias feitas pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso e investigações em tramitação no STF. De acordo com escutas telefônicas legais, o relatório e o próprio substitutivo a serem por ele apresentados seriam de autoria de um advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA (detalhes nas notícias a respeito, abaixo).

No mais, a luta continua, como deixaram bem claro os Kayapó esta semana.

Abaixo, uma listagem de tudo o que está ameaçado pela PEC 215 e 'apensadas', assim como de seus autores. E, em seguida, links para as notícias sobre Osmar Serraglio e seu Relatório.

PEC 579/2002 – Autor: Ricarte de Freitas, PSDB/MT – Dispõe que a demarcação das terras indígenas deverá ser submetida à aprovação do Congresso Nacional.

PEC 257/2004- Autor: Carlos Souza (PL/AM) – Dá nova redação ao § 1º art. 231 da Constituição Federal, devendo a demarcação de terras indígenas ser submetida a audiência das Assembleias Legislativas dos Estados em cujos territórios incidam.

PEC 275/2004 – Autor: Lindberg Farias (PT/RJ) – Dá nova redação aos arts. 49, XVI e 231, caput, da Constituição Federal, submetendo ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas.

PEC 319/2004 – Autor: Zequinha Marinho (PSC/PA) – Dá nova redação ao art. 231 da Constituição Federal, submetendo a demarcação de terras indígenas à aprovação do Congresso Nacional.

PEC 156/2003 – Autor: Zonta (PP/SC) – Acrescenta um parágrafo ao art. 231 da Constituição Federal e dá nova redação ao § 7º (renumerado) do mesmo artigo.

PEC 37/2007 – Autor: Eliene Lima (PP/MT) – Dá nova redação ao art. 231, caput, da Constituição Federal, submetendo ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas.

PEC 117/2007 – Autor: Edlio Lopes (PMDB/RR) – Dá nova redação ao Art. 231, da Constituição Federal.

PEC 411/2009 – Autor: Abelardo Lupion (DEM/PR) – Estabelece a competência do Executivo para iniciativa de lei sobre demarcação de terras indígenas.

PEC 415/2009 – Autor: Gervásio Silva (PSDB/SC) – Dá nova redação ao § 4º do art. 231 da Constituição Federal.

PEC 161/2007 (1) – Autor: Celso Maldaner (PSDB/SC) – Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

PEC 291/2008 – Autor: Ernandes Amorim (PTB/RO) – Determina que as unidades de conservação da natureza sejam criadas por lei federal.

[Sobre Osmar Serraglio, Relatório e substitutivo](#)



Prefeitura de Sidrolândia deve construir escola para índios da Aldeia Tereré
SÍTIO MS NOTÍCIAS, 07.02.2015

A escola terá quatro salas de aula e 356 metros quadrados de área construída

Ao que tudo indica saíra do papel, no município de Sidrolândia, o projeto de uma escola com quatro salas de aulas e 356 metros quadrados de área construída, para atender a Aldeia Tereré. Os recursos serão da própria prefeitura do município.

Hoje, as crianças da aldeia estudam em duas salas improvisadas no centro comunitário, como extensão da Escola Municipal Cacique Armando Gabriel, com sede na Aldeia Córrego do Meio. O projeto foi apresentado pelo prefeito Ari Basso a lideranças da comunidade. O investimento previsto é de R\$ 350 mil.

Além do novo prédio será iniciado o processo de transformar a extensão numa escola própria que é reivindicada há muito tempo pelos índios. As informações são do região News

Há algum tempo havia um projeto de construir uma escola de seis salas de aula com recursos do FNDE (Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação) que acabou não sendo levado adiante porque ainda não se confirmou a doação de uma área de três hectares (onde o prédio seria edificado) prometida pela Imobiliária Ajurycaba, que vai fazer um empreendimento imobiliário próximo a aldeia.



Corrupção na Petrobrás afeta índios no Ceará

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 08.02.2015

Os efeitos da corrupção na Petrobrás chegaram aos índios do Ceará. Em janeiro, a Petrobras informou no balanço do terceiro trimestre que as duas refinarias Premium, no Ceará e Maranhão, não sairiam do papel. O cancelamento dos empreendimentos gerou perdas de R\$ 2,707 bilhões. Com o cancelamento do projeto no Ceará, o povo Anacé teme que a estatal descarte também o apoio à transferência dos indígenas para uma nova reserva, algo acertado em troca da cessão da área que abrigaria o empreendimento.

O povo Anacé afirma que concordou em deixar as áreas de Matões e Bolso, que ficam no limite entre as cidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no litoral cearense, sob as seguintes condições: que o governo do estado construísse uma nova reserva para a comunidade, a União reconhecesse o território como indígena e a Petrobras investisse no processo de transferência para amenizar os impactos da saída do local onde viveram.

O terreno onde ficará a nova morada dos Anacé fica dentro de Caucaia, a 13 km da atual. O governo diz que o valor das obras da reserva é de R\$ 13.752.248,23 (proposta vencedora da licitação). "A nova reserva ocupará uma área de 540 hectares, terá escola, posto de saúde, casas, sistemas de abastecimento de água e esgoto entre outras benfeitorias para abrigar as 163 famílias a serem realocadas", diz nota. A previsão de conclusão das obras é março de 2015.

A União já declarou a terra como área dos Anacé, e o governo do estado dá continuidade às obras da reserva, com construção de casas, posto de saúde e escola. Da Petrobras, eles seguem sem respostas. A companhia não deu posicionamento sobre a questão. O governo cearense diz que "as obras da Reserva Anacé estão em andamento normal, já com a conclusão dos serviços de terraplenagem, instalação de rede de energia, vias de acesso, execução e delimitação dos lotes".

São 134 famílias de Matões e 29 de Bolso já indenizadas esperando a conclusão da reserva para fazer a mudança. Parte do lugar onde moram daria lugar à Premium II.

O acordo feito pela Petrobras segundo os Anacé, era financiar a transferência da produção das famílias afetadas, como as hortaliças de Antônio Alexandre. "A nossa vida agora é de incerteza. A gente não sabe se vale a pena ficar aqui e expandir a produção, se aguarda para investir na reserva que está em construção ou se vão manter os acordos que tinham de ajudar a transferir nossa produção".

Os índios da região não vivem mais de acordo com suas culturas originárias. A maioria planta hortaliças que abastecem mercados das cidades vizinhas. Com a desistência da Petrobras em investir na refinaria, eles não sabem como será a transferência do cultivo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Os indígenas têm reunião marcada com membros da Funai e da Petrobras nesta segunda (9), na sede do Ministério Público Federal no Ceará, em Fortaleza. No encontro, eles vão reivindicar do governo e da Petrobras o cumprimento dos acordos. Os líderes indígenas afirmam que ainda não foram notificados formalmente sobre o fim do empreendimento e só devem comentar oficialmente sobre o assunto após a reunião no Ministério Público.

O Ministério Público Federal apura denúncia de problemas na construção das casas previstas no projeto Taba dos Anacés. Lideranças indígenas relataram irregularidades em dimensões das residências, utilização de materiais de baixa qualidade nas obras e que equipamentos de segurança não estariam sendo utilizados por trabalhadores contratados pela empreiteira.

O governo do estado nega as denúncias de problemas na construção e diz que a obra "respeita todas as especificações do edital" e é fiscalizada por dois engenheiros da Secretaria Estadual da Infraestrutura.



E a Funai demarcando terra: Em Goiás, apenas 4% dos índios vivem nas tribos
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 08.02.2015

De acordo com o Ibge, o estado de Goiás tem 8.583 índios distribuídos de etnias. Deste total, a imensa maioria – 8.247, o equivalente a 96% - vive fora das terras indígenas demarcadas. Ainda de acordo com o Ibge, em todo o Brasil, existem 896,9 mil índios. Dos quais, quase 380 mil (42,3%) moram longe das áreas demarcadas.

Na prática, os registros do Censo 2010 revelam uma situação preocupante, há muito constatada por pesquisadores da área: os índios brasileiros, em geral, e os goianos, em particular, são, em grande parte, pessoas que querem acesso à bens da cultura ocidental e deixam as terras indígenas em busca desse desejo.

O professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Altair Sales Barbosa, doutor em Antropologia, destaca por exemplo os tapuias, que ocupavam grande parte do município de Rubiataba, no Vale do rio São Patrício. Boa parte deles hoje reside nos bairros mais pobres da cidade. Vivem separados um dos outros, fora da terra própria. Conforme o pesquisador, essas pessoas optam por morar na cidade devido à oferta, ainda que precária, de serviços essenciais.

Curiosamente, os índios de Goiás que não misturaram suas culturas com a cultura ocidental estão em vias de extinção. Os Avá-Canoeiro tem uma terra demarcada no município de em Minaçu. Na área vivem apenas cinco índios. Altair Sales lembra que os últimos contatos deste povo com o homem civilizado aconteceu nas décadas de 1970 e 1980. A terra foi demarcada devido à construção do lago da Usina de Serra da Mesa. Os recursos pagos pela empresa que administra a represa à Funai para proteção dos índios jamais chegaram até eles.

Onde estão os milhões de Iawi?

Altair Sales repara que a aculturação trouxe prejuízos enormes à população indígena. Além disso, destaca que não vê dentro do modelo econômico brasileiro saídas com êxito para que a população indígena tenha mais qualidade de vida. "Infelizmente, os povos indígenas caminham para o desaparecimento", sublinha.

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



TO – Ministério Público Federal realiza audiência para debater licenciamentos de empreendimentos no entorno de Território Apinajé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2015

Com a finalidade de debater como são concedidas pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS as licenças para empreendimentos no entorno das terras indígenas, o Ministério Público Federal MPF/AGA realizou dia 06/02/15 Audiência Pública no auditório da Promotoria de Justiça -MPE na cidade de Tocantinópolis/TO.

Para reunião a Procuradora do Ministério Público Federal no Município de Araguaína, Dra. Ludmila Vieira de Souza Mota convocou o NATURATINS, a FUNAI e o IBAMA, para tratar da questão que envolve especialmente os empreendimentos licenciados pelo NATURATINS no entorno da Terra Apinajé sem a participação da FUNAI e do IBAMA e sem ouvir a comunidade.

O evento teve expressiva participação da população de Tocantinópolis e região, na ocasião os representantes das entidades da Sociedade Civil, Camponeses, Quebradeiras de Coco, Juiz de Direito local, Professores, Acadêmicos da UFT, Sindicato Rural, CNA, SENAR, advogados e políticos lotaram o auditório do MPE-TO em Tocantinópolis.

Nossas lideranças representantes das organizações dos povos Apinajé, Krahô, Xerente, Krikati e Gavião, protagonista das mobilizações e lutas contra o desmatamento do cerrado e o avanço das monoculturas de cana, soja, eucaliptos e carvoarias nos Estados do Maranhão e Tocantins, também tivemos significativa participação na Audiência Pública.

As representantes do MPE-TO, Dra. Ana Lúcia e do MPF-AGA Dra. Ludmila Vieira de Souza Mota organizaram e conduziram com firmeza e equilíbrio a reunião de forma que no tempo adequado todos representantes manifestaram suas opiniões e ideias sobre a questão em pauta. Ao enfatizaram o cumprimento da Constituição Federal e o cuidado com a ordem jurídica, a Procuradora e a Promotora de Justiça afirmaram a garantia constitucional dos direitos coletivos dos povos indígenas e o direito difusos do meio ambiente.

De acordo com esclarecimentos do NATURATINS ficou evidenciado que a Lei estadual nº 2713 é inconstitucional por que dispensa licenciamentos para “silvicultura” e dessa forma legaliza atividades potencialmente impactantes no entorno de áreas de preservação ambiental e terras indígenas sem respeitar a Constituição Federal e sem seguir as recomendações da Convenção 169 da OIT.

Embora exista a mencionada Lei estadual, as lideranças Indígenas pediram que o NATURATINS não conceda mais licenças de qualquer jeito, sem a participação da FUNAI e do IBAMA, e sem ouvir as próprias comunidades indígenas. Nestes termos a Procuradora Federal do MPF-AGA Dra. Ludmila V. de Souza Mota e a Promotora de Justiça de Tocantinópolis Dra. Ana Lúcia irão peticionar o Estado do Tocantins acusando a inconstitucionalidade da Lei 2713.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Observamos recorrentes culpas e vícios do NATURATINS nestes procedimentos de licenciamentos, sem diálogo com as populações indígenas afetadas pelo empreendimentos e a observação das Leis. Também não são realizados vistorias e fiscalizações das áreas de abrangência dos empreendimentos. Isso contribui para geração e acirramentos de conflitos no campo envolvendo povos indígenas, produtores rurais e agricultores familiares.

Terra Indígena Apinajé, 07 de fevereiro de 2015

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Assim na terra como no céu Guarani, por José Ribamar Bessa Freire

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2015

Em Taqui Pra TI /

De Biguaçu, SC – Três pesquisadores indígenas defenderam nesta quarta feira (4/2) seus trabalhos de conclusão de curso (TCC). Ronaldo A. Barbosa batizado em guarani como Karai Dju descreveu, com os pés na terra, a agricultura tradicional e, para ilustrar suas hipóteses, trouxe da roça vários tipos de milho, melancia, amendoim, aipim, abóbora e batata doce. Já seus colegas Geraldo Moreira (Karai Okenda) e Wanderley Moreira (Karai Ivyju Miri), com os olhos no céu, enveredaram pela astronomia e trouxeram um mapa do universo que demarca o céu guarani com suas estrelas e constelações.

Alunos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, eles fazem parte da turma de 120 índios Xokleng Laklãnõ, Guarani e Kaingang, com ingresso em fevereiro de 2011 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Quatro anos depois, as defesas mencionadas – as primeiras da UFSC em terra indígena – aconteceram não no campus, mas numa aldeia com o nome poético de Reflexo das Águas Cristalinas (Yynn Moroti Wherá em guarani), localizada no município de Biguaçu, para onde os membros da banca se deslocaram.

As duas monografias se complementam como se fossem capítulos de um livro, pois os Guarani para verem a terra, olham o céu. Com a leitura do céu, elaboram o calendário cosmológico chamado Apyka Miri, que conta o tempo, marca o clima, a chegada da chuva, a época de extrair o mel e de semear, o tempo da colheita e de fazer artesanato, a duração das marés, a caça e a pesca, tudo em sintonia com Nhanderu Tenonde – o Pai Criador e com Nhamandu – o Pai Sol. A astronomia e a religião é que dão suporte para a agricultura guarani, que tem o pé na terra e o olho no céu.

O pé na terra

Um ritual com apresentação do coral e dança de crianças indígenas precedeu a defesa da monografia sobre agricultura, de 56 páginas, ilustrada com fotos e vídeo feitos por Ronaldo. Paramentado com um cocar de penas coloridas, ele começou sua exposição formulando várias questões: quais as formas tradicionais usadas pelos Guarani para cultivar as plantas e quais delas se mantêm na atualidade? Que tipo de ferramentas são usadas? Quais as sementes mais cultivadas? Qual a época de cultivo? O que fazer diante das novas tecnologias e do mercado?

Para buscar as respostas, ele combinou vários procedimentos de pesquisa. Entrevistou velhos sábios e reproduziu as entrevistas em língua guarani. Cruzou essas narrativas orais com pesquisa bibliográfica. Leu documentos do Ministério de Desenvolvimento Agrário, textos de Egon Schaden, de Maria Inês Ladeira, algumas teses e dissertações. Além disso, saiu a campo e registrou suas observações pessoais feitas em roças de três aldeias, de onde trouxe diversos tipos de milho. Desenhou o croqui das áreas cultiváveis e ali identificou variedades de plantas.

CONT.



Desta forma, as imagens registradas com diferentes técnicas incluíram desde desenhos coloridos feitos manualmente pelo autor, passando por fotos das roças e das pessoas entrevistadas até o mapeamento das aldeias com imagens de satélite do Google Earth. No final, a projeção do vídeo sobre o tema reforçou a relação da agricultura com o mundo espiritual guarani, destacando o ritual do Nhemongaraí, quando se dá o benzimento de sementes e de alimentos junto com o batismo das crianças.

- Nos dias atuais a agricultura tradicional guarani é como se fosse uma agricultura orgânica ou biológica dos não indígenas porque não usa nenhum tipo de adubo químico – escreveu Ronaldo, que chama a atenção para “as armadilhas” do mercado. “De alguma maneira hoje devemos controlar o que vem de fora para não afetar diretamente a nossa produção, a nossa cultura” – ele diz, apontando como lugares de luta a escola indígena e “a Casa de Reza (Opy), que é a nossa primeira escola”.

O olho no céu

- A letra de Nhanderu está escrita no céu e na natureza, mas é preciso aprender a ler essa letra – explicou Alcindo Moreira (Wherá Tupã), 106 anos, presente na defesa ao lado da esposa Rosa Mariani Cavalheiro, 98 anos, ambos entrevistados por Geraldo e Wanderley, seus filhos, a quem ensinaram a ler o céu. O TCC feito pelos dois trata justamente do calendário guarani, da passagem do tempo e das estações, que podem ser registradas através da observação das estrelas e das constelações.

A pesquisa explorou um campo relativamente novo para a academia – a arqueoastronomia – disciplina que estuda os conhecimentos astronômicos dos povos originários da América e que a partir de 1970 começou a ser estudada em universidades europeias e americanas. No Brasil, a Ilha de Santa Catarina é justamente a região mais rica em vestígios arqueológicos sobre o tema – segundo o físico Germano Bruno Afonso, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujos trabalhos são citados no TCC, de 48 páginas, com fotos, desenhos e um vídeo feito pelos autores.

Os dois irmãos trilharam caminho similar ao de seu colega, usando metodologia da “pedagogia da alternância”, que foi bem trabalhada nas 3.420 horas de duração do Curso de Licenciatura, distribuídas em “tempo universidade” e “tempo comunidade”, com a integração dos dois espaços na produção do conhecimento. Entrevistaram os velhos sábios guarani e cruzaram os dados obtidos com os textos míticos recolhidos por Leon Cadogan, com os escritos de Bartomé Meliá – que foi professor no curso – e com a observação do céu.

- Todos os povos antigos faziam a leitura do céu. Se não fizessem, não sobreviveriam. Trabalho muito com índios, com astronomia indígena, principalmente com os conhecimentos dos pajés – diz Germano Bruno Afonso, doutor em Astronomia e Mecânica Celeste pela Universidade de Paris VI, com pós-doutorado no Observatório da Côte d’Azur e Prêmio Jabuti de 2000 com o livro “O Céu dos índios Tembê”. Ele reconhece que muitas de suas afirmações “se baseiam no modo como os pajés me explicaram a fazer a leitura do céu e na sua forma de pensar”.

CONT.



Como os índios pensam

Foi essa leitura que Geraldo e Wanderlei fizeram trabalhando nos últimos sete anos para reconstituir uma versão do calendário guarani. Orientados por Wherá Tupã, registraram o conhecimento oral antigo, observaram as principais constelações, descreveram seus significados para as atividades cotidianas e construíram uma réplica do relógio guarani, desenvolvendo uma metodologia para ensinar as crianças da aldeia, que desta forma aprendem mais facilmente. Germano Bruno confirma:

- Para o ensino da Astronomia às crianças, o céu guarani é um auxiliar precioso. Quando elas aprendem as constelações indígenas – da Anta, do Veado, da Ema, da Cobra, da Canoa, do Homem Velho, etc – a versão ocidental fica mais fácil de ensinar. Não precisa forçar a imaginação, você olha e enxerga. Por quê? Porque os índios não apenas juntam as estrelas brilhantes, mas formam as figuras com as manchas claras e escuras da Via Láctea. Assim, eles veem mesmo determinado animal no céu. Como aquela brincadeira que se faz com as crianças de enxergar desenhos nas nuvens.

Os dois concludentes esclarecem que “o pensamento guarani não é estático, nem imutável. As constelações sazonais oferecem uma enorme diversidade de interpretação. Para acessar essa cosmologia é preciso considerar a localização física e geográfica de cada grupo indígena, com os que habitam o litoral e o interior ou diferentes latitudes”.

Outras defesas de TCC ocorrerão até final de fevereiro. As monografias estão comprovando que os índios são capazes de se apropriar dos métodos da academia para produzir conhecimento, mas sobretudo que eles trazem relevante contribuição para que a universidade aprenda como pensam os índios. Ronaldo, que antes se formou como técnico em agropecuária no Colégio Agrícola de Araquari (SC), diz que ele tem hoje a visão de dois mundos e pode transitar por ambos: “Dessa forma está sendo plantada uma semente onde vamos poder colher bons frutos”.

Ah, ia me esquecendo. Por falar em bons frutos, entre uma defesa de manhã e a outra de tarde, os integrantes da banca almoçaram os anexos da monografia: milho, melancia, cará, batata doce. Estavam deliciosos. Nota dez.

P.S.1 As bancas examinadoras foram compostas por Helena Alpini (orientadora), Maria Dorothea Post Darella, Aldo Litaiff e este locutor que vos fala, todos professores do curso. Mas de outra espécie de “banca informal, fizeram parte os sábios guarani Alcindo Moreira, Rosa Mariani Cavalheiro e Nadir Amorim, que aprovaram o trabalho dos três alunos.

P.S. 2 – A UFSC apresentou em 2009 proposta do Curso de Licenciatura ao PROLIND – um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas. Agora, negocia com o MEC para que a Licenciatura Intercultural Indígena se transforme num curso regular a partir de agosto de 2015. A equipe esteve formada, entre outros professores, por Maria Dorothea Post Darella, Ana Lúcia Notzold, Clóvis Brighenti, Lucas Bueno – coordenador geral e Rivelino Barreto Tukano, coordenador pedagógico.



Parque do Caparaó quer afastar índio guarani do Deus da Montanha

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 08.02.2015

Cineasta denuncia que o governo federal quer retirar índios da área de amortecimento da unidade de conservação

A decisão da administração do Parque Nacional do Caparaó de não permitir filmar os índios da aldeia guarani em cerimônia religiosa no Pico da Bandeira, indica que o governo federal quer mesmo, afastar os índios da unidade de conservação.

Esta interpretação é do cineasta Marcos Valério Guimarães sobre a posição da direção do parque em relação a um pedido seu para filmar os índios no local. A unidade é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo federal.

A proibição de filmar os índios na área do Parque do Caparaó foi comunicada oficialmente ao cineasta no final de janeiro último, depois de longo silêncio sobre o pedido.

Marcos Valério Guimarães é cineclubista e diretor de cinema. Está produzindo um documentário em curta metragem (assista abaixo a um trecho exclusivo do documentário) sobre a obra do maestro Jaceguay Lins. O maestro viveu por anos em Vitória, e foi compositor, arranjador e poeta.

[Vídeo](#)

Uma das composições de Jaceguay Lins que está no documentário em produção por Marcos Valério é Tekoa Porã, uma sinfonia em homenagem ao povo guarani. Povo que há décadas busca a Terra Sem Males, onde quer viver.

Nesta busca chegaram ao Caparaó, onde construíram uma minúscula aldeia, com três casas e o opu (casa de reza). E seguem na luta, que é de todo o povo guarani: cumprir missão que receberam neste sentido.

Na aldeia do Caparaó vivem herdeiros da xamã Tatantin-Rua Retée. São oriundos da República Guarani, que os jesuítas instalaram em território brasileiro, uruguaio, argentino e paraguaio de 1609 a 1768. Nessa república, os índios sofriam a catequese e eram obrigados pela Igreja Católica a viver em missões.

Tatantin conduziu seu grupo do Rio Grande do Sul, sempre pelo litoral, até o Espírito Santo. Buscava a Terra Sem Males onde deveria viver seu povo.

Imaginou tê-la encontrado quando, ao atravessarem a foz do Rio Piraquê-Açu, em Santa Cruz, desconfiaram que pelas características do local, que a terra estava próxima. Seis quilômetros

CONT.

depois encontraram os Tupinikim e por lá ficaram. A xamã achou que havia enfim chegado à Terra Sem Males.



Tatantin (foto acima) viveu 104 anos, boa parte no Espírito Santo, onde chegou na passagem dos anos 60 para os 70. Morreu há pouco mais de 20 anos, e foi enterrada no cemitério de Santa Cruz. Pouco antes de sua morte, ela, por sinais como a morte prematura de algumas crianças, entre outros episódios que ocorreram, chegou à conclusão de que tinha errado ao apontar a região como o local da Terra Sem Males.

Os eucaliptos e os interesses econômicos da então Aracruz Celulose (hoje Fibria) expulsam os índios. Foram para Guaparari, mas voltaram para a região e lá estão até hoje. Em capítulo à parte, os guarani também foram levados pela Funai para Minas Gerais, mas se recusaram a permanecer por lá.

No final de sua vida, Tatantin deixa para um descendente seu, o pajé Tupã-Kwaray, a tarefa recorrer ao Deus da Montanha com o objetivo de obter a indicação para onde deverá seguir o grupo até a Terra Sem Males.

Para cumprir a missão, Tatantin indicou que os índios subissem para a região do Caparaó, onde acreditam morar o Deus da Montanha e, lá, esperar sua mensagem. E assim fizeram.

Os índios realizam a cerimônia religiosa para ouvir o Deus da Montanha sempre no mês de setembro. Para eles, tudo se modifica nesta ocasião e os beija-flores estão em festa. Entendem os índios que os beija-flores, puros, são xamânicos e serão usados pelo Deus da Montanha para orientar os índios.

Os índios fizeram cerimônias religiosas na região, uma delas no Pico do Cristal, com 2.798 metros de altitude, esperando um contato do Deus da Montanha. A primeira cerimônia foi em 1996.

Na quarta tentativa, em setembro de 1999, a mídia nacional e até internacional, além de um exército de curiosos, atrapalharam a cerimônia. Nestas tentativas não ouviram o Deus da Montanha.

CONT.



Foi por esta época que os índios, sempre em respeito à sua religiosidade, decidiram que deveriam estar próximos do local das cerimônias em busca de seu Deus, para facilitar o cumprimento da missão de sua maior líder religiosa, a xamã Tatantín. Mas como, se não tinham terra?

O jornalista Rogério Medeiros, que acompanha e apoia a luta dos índios desde a década de 60 do século passado, conta que foi nesta ocasião que ele e um pequeno grupo de amigos decidiram comprar um terreno no Caparaó, ideal para os índios por ser próximo do Pico da Bandeira e com boas condições naturais.

Os índios então ganharam o terreno, uma pequena área, e fizeram sua aldeia. Como pela lei brasileira os índios não podem ter patrimônio, eles não puderam receber a escritura do terreno. Mas são os donos da terra doada.

Por esta época, o governo federal decidiu aumentar a área do Parque Nacional do Caparaó. A área onde está a aldeia era de amortecimento da unidade de conservação e podia ser ocupada e trabalhada, desde que respeitada a natureza. Como os índios sempre fizeram, e fazem no local, onde plantam cereais, como o milho, horta e criam galinhas. Com a ampliação da área do parque, a terra que é dos índios por doação, foi incorporada à unidade de conservação.

É desta data, como relata Rogério Medeiros, que começa a indisposição do parque com os índios. Tudo foi feito para que os que compraram a terra e a entregaram aos índios por doação, concordassem em receber indenização para que a terra fosse incorporada ao parque. Desta forma, os índios perderiam o que ganharam e teriam que deixar a terra. O grupo que comprou a terra com o propósito de doá-la aos índios se recusou a fazer o acordo proposto pela Fundação Nacional do Índio (Funai), reafirmando à Funai que a terra deve permanecer com os índios.

Por sua vez, os índios recusaram a cumprir ordem da Funai para sair do local. Repeliram todas as tentativas e armadilhas da Funai neste sentido. Então, o Parque Nacional do Caparaó, principal interessado nas artimanhas da Funai, "declarou guerra" aos índios.

O Parque do Caparaó não quer tirar mais ninguém, onde têm até fazendas, pousadas e sítios. Só os índios guarani. Com os outros ocupantes da área e das comunidades próximas, fora um ou outro, os índios se entendem: têm relação respeitosa. Não há desavenças.

Na "guerra declarada" pelo Parque do Caparaó e pela Funai contra os índios da aldeia, há toda uma campanha, com informações mentirosas com a de que eles levam brancos para caçar no parque. Facilitar brancos na caça de animais silvestres é difamante para os índios, e os boatos continuam a ser espalhados na região.

Os inimigos dos índios procuram tornar azeda a relação com os brancos também no campo religioso. Não têm tido pleno sucesso, pois a região tem outras religiões. Um dos grupos é de praticantes do Santo Daime. Os que praticam as crenças desta religião vivem de forma alternativa, e são pessoas com que os índios convivem em paz.

CONT.



O terrorismo do parque na área cultural, que afeta a religiosidade dos índios, foi percebido facilmente pelo cineasta Marcos Valério, quando decidiu fazer a locação da cerimônia dos índios na sua busca pelo contato do Deus da Montanha. Ao informar à direção do parque que o objetivo da filmagem na região tinha os índios como centro, começou ouvir a zanga dos burocratas. Ouviu frases como: "Os índios prejudicam o parque e não são bem vindos aqui".

"É uma questão velada. Tudo parecia indicar que teria autorização para filmar na área do parque. Ao informar que filmaria a cerimônia dos índios, a administração do parque disse que os índios prejudicavam o parque e que teria que consultar seus superiores no Instituto Chico Mendes", conta Valério.

Como a resposta do parque não vinha, e o prazo do cineasta para conclusão do documentário estava se esgotando, Marcos Valério decidiu ir ao Caparaó e conversar diretamente com os índios, filmá-los na cerimônia que ilustra a música Tekoa Porã, nome indígena da aldeia Guarani de Boa Esperança, de Santa Cruz.

Lá encontrou Anderson Nascimento, chefe de Unidade de Conservação II do Parque Nacional do Caparaó - ES/MG, órgão do ICMBio - MMA, como o próprio funcionário se identifica. Cobrou a resposta sobre seu pedido.

A resposta ainda demorou, mas veio na forma de mensagem eletrônica. "Prezado Marcos Valério, conforme já conversado pessoalmente, após consulta ao Coordenador Geral de Uso Público e Negócios e sua prévia oitiva do Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, o ICMBio se posiciona desfavoravelmente ao referido pleito de filmagem no Parque Nacional do Caparaó, tendo em vista a ausência de compatibilidade da solicitação com os propósitos do Parque. Sendo assim, NÃO ESTÁ AUTORIZADA a produção de imagens no interior do Parque Nacional do Caparaó, no âmbito da referida produção. Desde já, grato pela compreensão".

O cineasta e os índios então decidiram colocar momentaneamente o Pico da Bandeira de lado. E fizeram a locação na aldeia.

O cineasta avalia que o governo federal tem políticas positivas na área social. E quando analisa a situação dos guarani do Parque do Caparaó, conclui que é uma contradição do governo federal querer retirar índios da área de amortecimento da unidade de conservação. E uma discriminação à cultura indígena no seu campo religioso.

Pessoas que convivem com os guarani e conhecem sua determinação de manter sua religiosidade, sabem que a busca pelo Deus da Montanha vai continuar. Até que ouçam a indicação do caminho que os levem à Terra Sem Males.

Sabem também que os 14 guarani da aldeia do Caparaó, por nada deste mundo arredarão pé do local. Os índios não temem nenhuma força, seja a persuasão ou armas, se respeitam a seu Deus. E seguem a determinação de seus líderes religiosos, onde pontificou a xamã Tatantin, para saber onde está a Terra Sem Males, para onde um dia irá todo o povo guarani.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Quer queiram ou não os burocratas do Parque do Caparaó e da Funai, os índios vão esperar ali o tempo que for preciso. E, sempre, quando setembro chegar, estarão alertas ao chamado e às orientações do Deus da Montanha, à espera de um sinal que indique a Terra Sem Males.



Justiça Federal desbarata quadrilha indígena em Santa Catarina

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 08.02.2015

A Justiça Federal determinou o sequestro de bens dos envolvidos em esquema ilegal de arrendamento de terras indígenas no Oeste catarinense. A medida foi solicitada em ação movida pelo Ministério Público Federal em Santa Catarina (MPF/SC) contra o ex-cacique da Terra Indígena Xapecó (Ipuçu-SC), uma associação indígena, uma empresa de consultoria e seus sócios.

Segundo investigação realizada pelo MPF, o grupo teria articulado esquema ilegal de arrendamento de terras indígenas em que os lucros eram supostamente revertidos em proveito da comunidade indígena por meio de um "fundo social". O dinheiro recebido, no entanto, nunca foi investido em ações coletivas, mas sim dividido entre os participantes do esquema.

Os documentos obtidos pelo MPF demonstram que, na última safra, o esquema arrecadou 240 mil reais, e que metade deste valor ficou com os "consultores" e a outra metade foi destinada ao suposto "fundo social" e serviram em parte para compra de bens que estavam na posse do ex-cacique e de pessoas a ele relacionadas. Entre as aquisições, foi possível uma caminhonete que, a pedido do MPF, foi apreendida junto com outros bens.

O MPF aguarda resultados de outras medidas deferidas pela Justiça Federal para adotar as providências cabíveis também na esfera criminal, tendo em vista que as terras indígenas são bens da União, de posse permanente e exclusiva da comunidade indígena, e arrendá-las constitui prática ilegal.



Declaração de guerra aos Povos Indígenas do Brasil

SÍTIO CEDEFES, 09.02.2015

"Quando estão desarquivando a PEC 215 estão declarando guerra aos povos indígenas do Brasil. Vamos mostrar que estamos prontos para a guerra". Essa declaração feita por um dos caciques Kayapó na audiência com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, calou fundo no coração e sentimentos de todos os que estavam sentados na sala da Presidência. Tudo que acontecer daqui pra frente, não o será por falta de aviso.

Acabar com a PEC 215

"Acabar com a PEC 215, é isso que estamos pedindo. Cada vez mais o governo está sendo inimigo dos povos indígenas". Disse em alto e bom tom, na língua Kayapó, um dos cinco caciques participantes da audiência. E arrematou: "Estão querendo acabar com a gente. Mas isso não vamos deixar". O recado foi claro e contundente: em 2015 nada de PEC 215.

Um batalhão de representantes da imprensa apenas pôde registrar o cenário por breves segundos. Eduardo Cunha, que depois tentou explicar sua posição, não poderá dizer que não foi avisado. Caso houver insistência na aprovação do projeto de emenda constitucional, "semanalmente estarão delegações dos índios de todo o país para impedir que isso aconteça", afirmou outro cacique. Esta afirmação foi endossada por parlamentares presentes, como Sarney Filho que afirmou que "a correlação de forças é injusta. Caso houver insistência na aprovação dessa PEC, que não deveria existir, semanalmente teremos delegações indígenas aqui para chamar atenção para essa fratura exposta".

O cacique Mekren, verberou com gestos incisivos: "Peço, por favor, acabar com esse projeto que vocês estão desengavetando. Peço para acabar com isso". Outro cacique complementou: "Não é nós que estamos caçando briga com vocês. É vocês que estão caçando briga com nós. Deveria ter o mínimo respeito com nós, porque você fez acordo com os ruralistas...".

O deputado Chico Alencar lembrou que os índios estão fazendo a leitura de que a Constituição foi como um contrato histórico que querem quebrar com essa PEC. "Eles não aceitam esse ataque. Aliás, essa PEC não deveria existir. Nós estamos declarando guerra a eles. Vamos evitar o genocídio".

Disse que não fez

Em pouco mais de 20 minutos os Kayapó não deixaram dúvidas quanto à sua disposição de continuar lutando contra a referida PEC. No terceiro dia de trabalho da nova legislatura, os índios deram seu recado. O novo presidente da Câmara, que no último dia de janeiro se filiou à frente ruralista, tentou explicar sua posição enquanto presidente da Câmara. "Não tenho condições de barrar essa PEC e a formação de uma nova Comissão. É uma questão regimental.

CONT.



É só algum deputado pedir o desarquivamento e ela passará a tramitar conforme determina o regimento interno da Casa”. Em tom de desabafo: “Não fui eu que fiz essa PEC, que criou a Comissão. Só cumpro o regimento. Não tenho poder de acabar com essa PEC, não tenho competência para não desarquivá-la”. Afirmou ainda que não fez acordo com os ruralistas.

Dessa forma disfarçou o fato de que o desarquivamento já havia sido solicitado dia 3 deste mês. Os parlamentares solidários com a causa e direitos indígenas insistiram com o presidente da Câmara para que o tema seja melhor discutido com a sociedade e que não haja açodamento nos encaminhamentos dessa PEC, que se façam encontros com os ruralistas no sentido de encontrar alternativas , como a indenização dos títulos de propriedades de boa fé. Outro parlamentar ressaltou que está se fazendo uma espécie de terrorismo entre os ruralistas afirmando estar se criando terras indígenas aleatoriamente. O que não é verdade. Esse risco não existe.

No final, Eduardo Cunha concluiu dizendo se empenhar para a construção de diálogos e consensos. E deixou seu recado: “Vocês devem fazer isso civilizadamente”.

Lutas heroicas dos Kayapó pelos direitos indígenas

Lembro do momento histórico em que os Kayapó pediram que o Cimi os ajudasse apenas com hospedagem, que eles viriam a Brasília para se unir aos demais povos indígenas na luta pelos direitos na Constituinte. Foram momentos inesquecíveis em que não houve guardas que os barrassem para exigir os direitos em qualquer espaço do Congresso. Isso nos idos tempos de 1987 e 1988. Passados mais de 25 anos e aqui estão eles novamente. Desta vez, quando se imaginava que os direitos estivessem sendo respeitados e colocados em prática, eles retornam ao cenário da luta, para evitar que haja retrocesso ou mesmo perda de direitos constitucionais.

É lamentável que o Brasil, após aprovar uma das constituições mais avançadas à época, com relação aos direitos indígenas, em especial, se encontre na deplorável situação de querer excluir ao invés de cumprir esses direitos.

Como no início do século XIX, na interpretação dos povos indígenas, está em curso nova declaração de guerra aos povos indígenas do Brasil.

Fonte: Egon Heck/Cimi. – 05.02.2015



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Senador quer indígena do Pará no comando da Funai

SÍTIO BLOG DO JESO, 09.02.2015

A presidente Dilma Rousseff deve bater amanhã (10) o martelo da nomeação do novo (ou nova) número 1 da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Da etnia macuxi, o senador Telmário Mota (PDT), de Roraima, tem feito lobby pesado – e estranhamente sem apoio da bancada do Pará no Senado – para que a ocupante do cargo seja uma indígena paraense nascida em Santarém.

Trata-se da antropóloga, com doutorado engatilhado, Iza Tapuia (foto).



Consultora da Unesco para assuntos ligados à educação indígena, ela comandou a Coordenadoria de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais do Pará na gestão da ex-governadora Ana Júlia Carepa (2007-2010).



Pais acusam índios de causar acidente que matou filha de 4 anos em Mato Grosso: 'Não são só índios, é uma quadrilha'
SÍTIO ACORDA BRASIL, 09.02.2015

Os pais da pequena Geovana Hadad, de 4 anos, que morreu em um acidente na BR-070, no trecho conhecido como 'curva dos índios', em Mato Grosso, no dia 20 de janeiro, acusam uma suposta quadrilha formada por indígenas de provocar o acidente. Os acreanos passavam férias em Fortaleza desde dezembro e faziam a viagem para retornar à capital acreana, quando a caminhonete em que estavam capotou ao desviar de um carro que seguia na contramão.

De acordo com o empresário Gilberto José Soares Hadad, de 59 anos, pai da pequena Geovana, os índios causaram o acidente com o objetivo de saquear e roubar as peças do que sobraram do veículo. "É comum esse tipo de acidente acontecer naquele trecho da estrada, os índios provocam os acidentes para saquear as peças dos veículos e em caso de caminhões para roubar as mercadorias e nada é feito. Sempre é dito que o motorista dormiu no volante. Não são só índios, é uma quadrilha", diz.

Hadad conta ainda que quando o guincho da seguradora foi até o local para buscar o veículo vários indígenas foram flagrados dentro do carro retirando peças. Segundo ele, o carro já estava sem os pneus, bancos e painel. "Os índios não queriam deixar o rapaz do guincho retirar o carro, porque falaram que ainda tinham que tirar o chassi e o motor, disseram ainda que já estava tudo encomendado. Foi preciso tirar o carro à força", conta.

"O que mais dói é saber que minha filha morreu por peças de carro. Eles capotaram nosso carro para levar o que sobrasse. O pior é que nunca mais vou ver minha pequena. Não tenho nem saúde para chorar pela perda da minha filha", diz emocionada a mãe, Ticiane Paula Castro de Souza, de 37 anos.

Os pais afirmam ainda que em Primavera do Leste (MT) todos sabem o que vem ocorrendo no trecho da estrada em que aconteceu o acidente e que por estarem coagidos não fazem nada. Segundo eles, os índios estão acima da lei, pois não podem ser presos e fazem o que querem na cidade. Além disso, eles dizem inclusive que sofreram ameaças por parte dos indígenas.

"Os índios tentaram ir atrás do meu marido no hospital, depois que começou a sair nos jornais e repercutir o caso. Como tive que fazer uma cirurgia no braço em Rondonópolis, ele ficou em Primavera do Leste para esperar, mas foi preciso pedir uma escolta policial para sair da cidade. Não era mais seguro ficar lá, já que os índios passavam pela frente do hotel e acenavam. Eles queriam acabar com a vida do meu marido. É algo muito grande, estão matando gente ali e não vão parar enquanto não houver uma investigação", afirma a mãe.

O empresário diz que pretende marcar uma reunião com os senadores do Acre e vai ao Ministério Público Federal, para ver que providências podem ser tomadas com relação ao que vem acontecendo nesse trecho da BR-070, que segundo ele, é recorrente.

CONT.



“Só no mês de janeiro foram 33 mortes naquele trecho, e uma delas foi minha filha. Eu só queria justiça, para que muita gente não morresse mais. A dor de perder um filho é a pior dor do mundo e hoje somos nós que estamos chorando, amanhã minha dor vai passar, mas outra família vai chorar e isso poderia ser evitado. Todo mundo sabe o que acontece, e ninguém faz nada”, conta Hadad.

O pai da pequena Geovana pede que haja uma fiscalização rigorosa no trecho em que ocorreu o acidente. “Não é um trecho longo, tem cerca de 100 quilômetros. Pedimos também que as autoridades façam uma apuração de todos os acidentes que ocorrem naquele local, para não colocar a culpa simplesmente no motorista”, diz.

“Duas coisas me dão um pouco de conforto nesse momento, a primeira é que minha filha estava dormindo na hora do acidente e eu não ouvi nenhum grito dela, e a segunda é que ela está nas mãos de Deus agora. Mas a saudade e a falta é muito grande, até que ponto vai a ganância e a preguiça de trabalhar. Eles querem roubar e destruir a vida dos outros por dinheiro e peças de carro, eu não me conformo com isso”, desabafa Ticiania.

Procurada pelo G1, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, disse que ia se pronunciar sobre o assunto através de nota, porém, até a publicação desta matéria nenhum posicionamento foi encaminhado. Da mesma forma também a Polícia Rodoviária Federal (PRF), um e-mail foi encaminhado solicitando informações, mas o G1 não obteve resposta.

Decreto ilegal do ex presidente Lula equipara comunidades tradicionais à indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.02.2015



Decreto ilegal do ex presidente Lula equipara povos e comunidades tradicionais à indígenas e inventa nova forma de demarcação de terras. O Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Os celerados do Ministério Público Federal (MPF) já estão usando a Secretaria de Patrimônio da União para tentar inventar um novo formato de demarcação de terras para outras populações indigenóides.

[Ouça parte da expectativa do MPF para 2015](#)

Íntegra do áudio [aqui](#).

É golpe. O Decreto é uma figura jurídica cujo objetivo é regulamentar dispositivos do ordenamento jurídico vigente. Decretos regulamentam Leis. Não existe legitimidade em Decreto que não esteja abrigado em regulamento de lei superior. Esse decreto 6040 é um decreto voador. Não existe lei sobre ele. Ao invés de regulamentar, ele institui. E ilegal.

É necessário acabar com o mal pela raiz derrubando de vez o Decreto 6040. Caso contrário Portarias como a que a SPU teve que revogar na semana passada pulularão pelo país.

O que impressiona é o nível de amadorismo dos setores atingidos por esse Decreto no tratamento desse assunto. Até agora, nenhuma Federação de produtores rurais e nem a própria Confederação Nacional da Agricultura (CNA), foram sequer capazes de perceberem a existência do Decreto 6040, muito menos de vislumbrar suas consequências. O texto está em vigor há 8 anos, quase uma década.

Não fosse o pessoal do Agência da Notícia e nós aqui do Questão Indígena, a própria Portaria da SPU teria passado despercebida. Hoje nós interromperemos nossas publicações. Que Deus tenha piedade dos produtores rurais desse país, porque não haverá mais ninguém por eles.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Veja a íntegra do Decreto:

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo (veja aqui o anexo) compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Marina Silva

Foto de Antônio Cruz/ABr



Hidrelétricas e condicionantes: descumprimento é recorrente na Amazônia

SÍTIO RÁDIO EBC, 09.02.2015

Usinas da Bacia do Tapajós atingem população tradicional. Medidas de mitigação não são implantadas

O Tapajós era o último rio sem barragens da Amazônia e tem hoje previstos um complexo de hidrelétricas que afetam diretamente populações tradicionais e indígenas e barram suas águas em diversos pontos de sua trajetória.

A Usina de São Manoel se localiza na fronteira entre os estados do Pará e Mato Grosso e recebeu licença de instalação do Ibama. No entanto o Ministério Público Federal considera que as condicionantes para a instalação desse tipo de empreendimento, definidas por leis e tratados que protegem a população local não foram cumpridas. Assim sendo O MPF entrou com ação pedindo a anulação da licença e obteve liminar que paralisou a obra, porém a medida já foi caçada.

Sem as condicionantes não é possível sequer mitigar os efeitos ambientais e sociais da obra. A discussão sobre a implementação de diversas hidrelétricas cresce no país junto com a crise hídrica já que as usinas do sudeste e centro-oeste têm sido obrigadas a parar sua operação por falta de água. Muitos cientistas têm questionado a continuidade dessa matriz energética como a principal do Brasil, já que tem alto custo de construção, causam grandes impactos ambientais e em caso de seca tornam-se inoperantes e inúteis.

No caso de São Manoel além dos povos Munduruku, Apiakás e Kayabi, ela teria ainda impacto sobre os chamados índios isolados, aqueles que se mantêm em seu modo tradicional de vida, sem contato com a sociedade envolvente.

Felício Pontes, Procurador do Ministério Público Federal do Pará, tem sido um grande interlocutor junto aos povos indígenas e tradicionais que têm sido afetados pela série de grandes obras na Amazônia e nos dá uma panorâmica desse momento complexo em que a sociedade brasileira torna-se mais consciente do valor da água, que segundo a legislação vigente é um bem público, e portanto, pertencente a todos os cidadãos.

Confira na íntegra a entrevista realizada no Amazônia Brasileira desta quinta-feira (5).

O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

[Áudio.](#)

Produtor Beth Begonha



Projeto que dá poderes ao Congresso no assunto de terras indígenas pode ser desarquivado

SÍTIO SPUTNIK BRASIL, 09.02.2015

Em 4 de fevereiro, o novo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) teve um encontro com representantes da tribo Kaiapó e deputados das Frentes Parlamentares Ambientalista e em Defesa dos Povos Indígenas para discutir a possível emenda à Constituição que pode frear o processo de demarcações de terras indígenas.

Anteriormente, Eduardo Cunha tinha afirmado que não pode garantir que a PEC 215, que ficou sem votar em 2014, não seja desarquivada neste ano. "Não tenho poder ou competência legal para acabar com a PEC 215 ou nenhuma outra PEC. Tenho que cumprir o Regimento", disse o presidente da Câmara, citado pela rádio Yandê.

Para desarquivar a PEC, basta um só voto de um deputado.

A mesma fonte cita um líder indígena, Dotô Takakiri Kayapó, que respondeu assim à iniciativa da PEC: "Não queremos briga com os brancos, mas eles é que estão caçando briga conosco".

A PEC 215, proposta pela primeira vez em 2000 por Almir Sá (PPB de Roraima), acrescenta o inciso XVIII ao artigo 49, modifica o parágrafo 4 e acrescenta o parágrafo 8, ambos no artigo 231 da Constituição Federal do Brasil.

O artigo 49 lista as competências do Congresso Nacional. Se a emenda foi aceita, terá mais uma competência, a de avaliar novas demarcações das terras indígenas.

O artigo 231, junto com o 232, fazem parte do capítulo VIII da Constituição, que trata dos índios. Se a PEC 215 for aprovada, o parágrafo 4 do artigo 231 será assim: "As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas, imprescindíveis". Também aparecerá o parágrafo 8 (agora o artigo 231 só tem sete parágrafos), que incluirá o papel do poder legislativo nas relações estatais com os indígenas: "Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei".

Hoje em dia, o parágrafo 4 do artigo 231 é quase idêntico ao proposto pela PEC, só que no texto atual não consta nada sobre o Congresso Nacional.

E é precisamente isso que temem os índios e partidários da defesa dos direitos dos indígenas: que o Congresso Nacional, que tem uma forte bancada ruralista, iria abusar do seu direito a aprovar e ratificar. Que não aprove e não ratifique alguma terra, habitada por indígenas mas que também possui recursos naturais que atraem os ruralistas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Já os próprios ruralistas defendem a PEC 215 dizendo que é uma iniciativa democrática: "A PEC 215/2000 é uma tentativa cidadã e ato democrático em um país em pleno exercício da democracia", diz um artigo publicado no site do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).



Descendentes de escravos no Amazonas conseguem título de remanescentes de quilombo

SÍTIO A CRÍTICA, 09.02.2015

A comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, localizada a aproximadamente 170 quilômetros de Manaus e oito quilômetros acima da sede do Município de Itacoatiara, consegue resistir ao tempo e ao preconceito

Viva na cor da pele e na musicalidade de um povo, nas crenças religiosas e na luta pelo direito de ser livre. Assim, a história de uma comunidade quilombola fundada no meio da floresta amazônica, há aproximadamente 150 anos, foi finalmente reconhecida pelo governo brasileiro, e hoje os negros da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa têm muito o quê comemorar.

Localizada a aproximadamente 170 quilômetros de Manaus, em linha reta, e oito quilômetros acima da sede do Município de Itacoatiara, ao redor de um grande lago, essa comunidade formada por descendentes dos últimos escravos africanos chegados no Brasil conseguiu resistir ao tempo, ao preconceito, e fez sobreviver por mais de um século a cultura e as tradições. Hoje formado por 500 pessoas, o antigo quilombo ocupa 2.525.814 hectares de terra.

E foi no último dia 9 de dezembro que a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, concedeu o título de remanescente de quilombolas à população do S. C. J. do Lago de Serpa: vidas que fazem parte da história do Amazonas, que se confundem com a história afro-brasileira, e que carregam até hoje a alma de seus antepassados.

Os registros documentais sobre a origem dessa comunidade eram poucos e foi preciso trabalhar duro para conseguir levantar informações sobre a história dela. Os pesquisadores Claudemilson Nonato Santos de Oliveira e Thyrsó Muñoz Araújo foram os responsáveis por produzir um dossiê sobre a S. C. J. do Lago de Serpa e enviar tal documento à Fundação Palmares.

"A escravidão e a cultura africana na Amazônia foram colocadas em um segundo plano por muito tempo justamente pela ideia que a região era composta estritamente pela cultura indígena", explicou Claudemilson. Os pesquisadores fizeram levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, coleta de depoimentos de antigos moradores e filmagem – um trabalho que começou há seis anos.

África

Conforme estudo bibliográfico, a origem ancestral dessa comunidade remonta a metade do século XIX, época final da escravidão no Brasil, por volta do ano de 1855, quando Dom Pedro II havia proibido a chegada de navios negreiros em território nacional – sob pressão da coroa britânica.

CONT.



Apesar da proibição, muitos contrabandistas ainda furavam o bloqueio e traficavam carga humana negra para o Brasil vindos do continente pelo oceano Atlântico. Conforme os registros, um dos últimos desembarques de negros clandestinos no Brasil ocorreu em 1857, na costa litorânea de Pernambuco, próximo à cidade de Serinhaém.

Após alerta das autoridades britânicas em Angola, o Império brasileiro soube que um navio vindo do rio Zaire, ou rio do Congo, hoje no território do Congo, tinha como destino a costa do Brasil. A Marinha montou guarda e conseguiu apreender um palhabote (veleiro de dois mastros) com 210 negros. Os traficantes, para não serem pegos, abandonaram a carga e pularam em alto-mar.

Amazonas

Confiscados pelo Ministério da Justiça, os 210 africanos ficaram à disposição da coroa – mas por pouco tempo. O maior empresário do Império brasileiro, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá – dono do Banco Mauá, atual Banco do Brasil – conseguiu junto à Coroa a permissão para trazer 36 daqueles negros para trabalhar, de forma remunerada, em colônias extrativistas no Amazonas.

Irineu, dono da Companhia de Navegação da Amazônia, tinha desde 1854 a concessão pública para explorar as riquezas da Amazônia durante 30 anos. Ele trouxe os 36 negros, mas durante a viagem dois deles morreram. No Amazonas, Irineu tinha duas colônias: uma na orla de Manaus, na atual ponta das Lajes, e outra em Itacoatiara.

A colônia de Manaus, na “Ponta das Lajes”, durou três anos e depois foi à falência. Entretanto, a colônia em Itacoatiara, naquela época chamada de Vila de Serpa, durou até 1860. Lá, em 2 milhões de hectares de terra, os negros trabalhavam em serraria, olaria, carpintaria naval, agricultura, pecuária e lavoura. O local onde a colônia funcionava é hoje em dia o atual bairro da Colônia, na cidade de Itacoatiara.

Refúgio

Após uma grave crise financeira provocar a falência de todas as empresas do grupo Mauá, no Brasil e no exterior – o Banco Mauá tinha filiais em Montevidéu, Nova York, Londres e Paris –, a colônia na Vila de Serpa também faliu e acabou vendida em leilão para duas famílias empresariais: os irmãos judeus Marcos e Moisés Ezagui ficaram com a parte industrial e o empresário português Antônio Pataraz adquiriu a parte da agricultura.

Com a falência, alguns negros continuaram a trabalhar para os novos empresários, outros foram para casas de famílias e comércios, mas a maioria, desempregada, teve dificuldade de viver no ambiente urbano e, por isso, migrou e se isolou em uma região de difícil acesso, um quilombo oito quilômetros acima dali: a atual comunidade S. C. J. da Vila de Serpa.

Naquela época, o lugar era de difícil acesso. A chegada era apenas pelas águas de um estreito igarapé onde não passava barcos grandes, apenas pequenas embarcações – no período da vazante o caminho ficava ainda mais tortuoso. Segundo o pesquisador Claudemilson, a migração do povo negro para aquela nova região é confirmada através de depoimentos recheados de memória oral dos antigos moradores da comunidade.

CONT.



E no meio da mata, os negros se multiplicaram e formaram uma comunidade livre que sobrevivia e resistia à opressão externa. Além dos negros da colônia (vindos por Pernambuco), moradores antigos afirmaram que a comunidade também é formada por escravos que vieram da África para a Amazônia pelo estado do Maranhão, segundo os pesquisadores.

"Essa diáspora (deslocamento) também ocorreu como forma de se protegerem da violência da escravização e discriminação por parte dos brancos", disse Claudemilson. Segundo ele, o isolamento era necessário como uma proteção, já que naquela época, anterior à Abolição da Escravidão (1888), o negro era rejeitado por causa da cor da pele.

Comunidade

Após 150 anos, a comunidade S. C. J. do Lago de Serpa "se reconstruiu". Os moradores herdaram culturas e saberes indígenas e também dos brancos, mas ainda mantém em si as histórias das gerações e gerações de negros. Hoje, eles sobrevivem com trabalho tirado da agricultura familiar, criação de pequenos animais e extrativismo. Costumes do caboclo como culinária, uso de ervas e contato espiritual com a floresta também foram herdados.

Crenças religiosas

Os moradores da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa são, majoritariamente, católicos – poucos são protestantes ou adventistas. Na época do Império, durante o período de incursão da igreja Católica na Amazônia, as crenças religiosas de matriz africana se perderam com o tempo. Também foram recriminados pelo poder público outros costumes e festejos de tradição africana.

Segundo o pesquisador Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, no Império muitos escravos adultos foram batizados e convertidos ao catolicismo. Hoje, eles rejeitam, por exemplo, a umbanda, crença originalmente africana.

O próprio nome da comunidade, antes "Lago dos Pretos", recebeu elementos da igreja (o termo Sagrado Coração de Jesus). "Pelo lado humano, a história deles é mais importante do que eles têm ou perderam com o tempo", explica o pesquisador Thyrso Muñoz Araújo.

Hoje, a maioria dos moradores é devota de Nossa Senhora de Aparecida (santa negra católica). Eles promovem uma procissão fluvial anualmente durante o mês de setembro. Entretanto, essa data não é oficial para a Igreja Católica, que festeja a santa no dia 12 de outubro. "Os negros têm a procissão fluvial em setembro, e dá até mais gente. E o da igreja é a tradicional", explica Thyrso.

Segundo pesquisador, a igreja quis transformar os dois festejos em um só, em 12 de outubro. "Até hoje existe esse conflito. Eles queriam unificar a festa. É mais uma prova de discriminação da igreja", lamenta Thyrso. Para ele, a permanência da procissão à santa em setembro representa uma nova resistência do povo negro perante a igreja e ao homem branco.

Ainda conforme Thyrso, muitos moradores rejeitaram, de início, a condição de serem descendentes de africanos e da cultura negra. "Foi preciso conscientizá-los", contou o

CONT.



pesquisador. Todos os comunitários tiveram que assinar um documento afirmando se reconhecerem como remanescentes de quilombolas.

Especulação imobiliária

Apesar de agora serem oficialmente reconhecidos como remanescentes de quilombolas, os moradores da comunidade S. C. J. do Lago de Serpa não têm o título de propriedade das suas terras. "Existem conflitos desde especulação imobiliária, grileiros, famílias que perdem suas terras e são expulsas", denuncia Thyrso Muñoz.

Segundo ele, alguns moradores venderam pedaços de seus territórios a preços irrisórios. "Uma pessoa comprou um terreno de um morador a preço muito baixo: R\$ 15 mil. Depois dividiu (loteamento) e revendeu. São terrenos de pessoas carentes", lamenta. A maioria das casas é de madeira.

Para conseguir a propriedade das terras, os moradores deverão enfrentar uma nova batalha: transformar os 2 milhões de hectares em reserva quilombola, concessão feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que demora entre cinco a dez anos, segundo os pesquisadores.

A comunidade existe dentro de uma Área de Preservação Permanente (APA) – lei 4126 de agosto de 1998. Entretanto, essa lei não é cumprida, conforme denunciam Claudemilson e Thyrso. "APA só está no papel, mas nunca foi implantada", denuncia Thyrso.

Segundo ele, além da especulação imobiliária, está havendo a destruição da mata ciliar ao redor do lago, aterramento das nascentes do rio e diminuição da fauna de peixes.

Acesso

Atualmente o acesso à comunidade é feito pelo ramal de Serpa, antigo ramal Osório da Fonseca, que fica no km 256 da rodovia estadual AM-010 (Manaus-Itacoatiara). A comunidade não tem acesso a telefone, não possui nenhum hospital e não recebe água tratada ou saneamento básico. O local é abastecido com energia elétrica.

Educação

A comunidade recebeu recentemente uma unidade escolar de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), por meio da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara (Crei), da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Prefeitura de Itacoatiara.

Ao todo, 68 descendentes de negros passaram a ler e escrever pela primeira vez, já que devido ao isolamento histórico a comunidade não tinha acesso à educação. "Tem gente com 70 anos que começou a estudar agora. Isso faz parte de uma dívida que está sendo paga", disse Thyrso.

Reconhecimento

No Amazonas, apenas nove comunidades quilombolas conseguiram a certificação da Fundação Palmares: cinco em Barreirinha (comunidades Santa Teresa do Matupiri, São Pedro, Trindade,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

Ituaquara e Boa Fé), duas comunidades em Novo Airão (Tambor), uma em Manaus (Barranco, no bairro Praça 14) e agora a de Itacoatiara, conforme o pesquisador Emmanuel de Almeida Farias, da Nova Cartografia Social da Amazônia.

Signatário

A partir de 1960 o Brasil foi signatário da Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que promoveu políticas públicas em favor das populações afro-descendentes, indígenas e ciganos. Em 2003, foi sancionada a lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares.



Indígenas tentam barrar PEC que emperra demarcação

SÍTIO PÁGINA 1 NEWS, 09.02.2015

"Quando estão desarquivando a PEC 215 estão declarando guerra aos povos indígenas do Brasil. Vamos mostrar que estamos prontos para a guerra", diz liderança

Lideranças indígenas kayapós, acompanhadas de alguns parlamentares, reuniram-se na quarta-feira com o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para pedir que não seja criada a comissão especial destinada a retomar as discussões da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere da União para o Legislativo a competência na demarcação de terras indígenas e possibilita a revisão das demarcações.

O indígena kayapó Dototakaire informou que as lideranças manifestaram ao presidente da Câmara a preocupação dos povos indígenas com a votação da PEC. Eles disseram que ela é a quebra de um contrato histórico do Brasil e prejudica mais de 300 povos e etnias indígenas. "Nós não estamos caçando guerra, somos os primeiros habitantes do Brasil e vocês querem acabar conosco. A gente não vai deixar", disse Dototakaire.

"As lideranças disseram que o próprio branco está caçando briga, está declarando que vai ter uma guerra contra os indígenas. Os kayapós vieram aqui e deram o recado. Como eles vão fazer uma comissão toda semana, Brasília vai encher de indígenas para mostrar que estão prontos para a guerra", informou Dototakaire.

O líder do PSOL, deputado Chico Alencar (RJ), que acompanhou os indígenas, informou que os kayapós disseram que a terra significa a vida deles e que não vão aceitar a votação da PEC. Alencar disse que caso a proposta volte a tramitar, "os deputados defensores das causas indígenas vão travar toda a luta possível para evitar que ela se consolide".

O líder do PV, Zequinha Sarney (MA), disse que conseguiram do presidente da Câmara a garantia de que, antes da criação da comissão especial destinada a discutir a PEC 215, seja feita uma reunião envolvendo deputados ligados à causa ambiental, às causas indígenas e ao agronegócio. "Vamos tentar, nessa reunião, amenizar o ambiente. Vamos usar todos os meios possíveis para que a comissão não seja instalada", disse.

Guerra aos indígenas

"Quando estão desarquivando a PEC 215 estão declarando guerra aos povos indígenas do Brasil. Vamos mostrar que estamos prontos para a guerra". Essa declaração feita por um dos caciques Kayapó na audiência com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, calou fundo no coração e sentimentos de todos os que estavam sentados na sala da Presidência. Tudo que acontecer daqui pra frente, não o será por falta de aviso.

CONT.



"Acabar com a PEC 215, é isso que estamos pedindo. Cada vez mais o governo está sendo inimigo dos povos indígenas". Disse em alto e bom tom, na língua Kayapó, um dos cinco caciques participantes da audiência. E arrematou: "Estão querendo acabar com a gente. Mas isso não vamos deixar". O recado foi claro e contundente: em 2015 nada de PEC 215.

Um batalhão de representantes da imprensa apenas pôde registrar o cenário por breves segundos. Eduardo Cunha, que depois tentou explicar sua posição, não poderá dizer que não foi avisado. Caso houver insistência na aprovação do projeto de emenda constitucional, "semanalmente estarão delegações dos índios de todo o país para impedir que isso aconteça", afirmou outro cacique. Esta afirmação foi endossada por parlamentares presentes, como Sarney Filho que afirmou que "a correlação de forças é injusta. Caso houver insistência na aprovação dessa PEC, que não deveria existir, semanalmente teremos delegações indígenas aqui para chamar atenção para essa fratura exposta".

O cacique Mekren, verberou com gestos incisivos: "Peço, por favor, acabar com esse projeto que vocês estão desengavetando. Peço para acabar com isso". Outro cacique complementou: "Não é nós que estamos caçando briga com vocês. É vocês que estão caçando briga com nós. Deveria ter o mínimo respeito com nós, porque você fez acordo com os ruralistas...".

O deputado Chico Alencar lembrou que os índios estão fazendo a leitura de que a Constituição foi como um contrato histórico que querem quebrar com essa PEC. "Eles não aceitam esse ataque. Aliás, essa PEC não deveria existir. Nós estamos declarando guerra a eles. Vamos evitar o genocídio".

Disse que não fez

Em pouco mais de 20 minutos os Kayapó não deixaram dúvidas quanto à sua disposição de continuar lutando contra a referida PEC. No terceiro dia de trabalho da nova legislatura, os índios deram seu recado. O novo presidente da Câmara, que no último dia de janeiro se filiou à frente ruralista, tentou explicar sua posição enquanto presidente da Câmara.

"Não tenho condições de barrar essa PEC e a formação de uma nova Comissão. É uma questão regimental. É só algum deputado pedir o desarquivamento e ela passará a tramitar conforme determina o regimento interno da Casa". Em tom de desabafo: "Não fui eu que fiz essa PEC, que criou a Comissão. Só cumprio o regimento. Não tenho poder de acabar com essa PEC, não tenho competência para não desarquivá-la". Afirmou ainda que não fez acordo com os ruralistas.

Dessa forma disfarçou o fato de que o desarquivamento já havia sido solicitado dia 3 deste mês. Os parlamentares solidários com a causa e direitos indígenas insistiram com o presidente da Câmara para que o tema seja melhor discutido com a sociedade e que não haja açodamento nos encaminhamentos dessa PEC, que se façam encontros com os ruralistas no sentido de encontrar alternativas, como a indenização dos títulos de propriedades de boa fé. Outro parlamentar ressaltou que está se fazendo uma espécie de terrorismo entre os ruralistas afirmando estar se criando terras indígenas aleatoriamente. O que não é verdade. Esse risco não existe.



Boletim de Notícias - Edição nº 24/2015

Brasília, 09 de fevereiro de 2015.

No final, Eduardo Cunha concluiu dizendo se empenhar para a construção de diálogos e consensos. E deixou seu recado: "Vocês devem fazer isso civilizadamente".

Lutas heroicas dos Kayapó pelos direitos indígenas

Lembro do momento histórico em que os Kayapó pediram que o Cimi os ajudasse apenas com hospedagem, que eles viriam a Brasília para se unir aos demais povos indígenas na luta pelos direitos na Constituinte. Foram momentos inesquecíveis em que não houve guardas que os barrassem para exigir os direitos em qualquer espaço do Congresso. Isso nos idos tempos de 1987 e 1988. Passados mais de 25 anos e aqui estão eles novamente. Desta vez, quando se imaginava que os direitos estivessem sendo respeitados e colocados em prática, eles retornam ao cenário da luta, para evitar que haja retrocesso ou mesmo perda de direitos constitucionais. É lamentável que o Brasil, após aprovar uma das constituições mais avançadas à época, com relação aos direitos indígenas, em especial, se encontre na deplorável situação de querer excluir ao invés de cumprir esses direitos.

Como no início do século XIX, na interpretação dos povos indígenas, está em curso nova declaração de guerra aos povos indígenas do Brasil.



Cultura indígena terá promoção turística internacional

SÍTIO MERCADO E EVENTOS, 09.02.2015

O presidente da Embratur, Vicente Neto, reuniu-se esta semana com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, para debater a divulgação dos JMI (Jogos Mundiais Indígenas) no exterior. Os Jogos acontecerão de 15 a 27 de setembro, na capital tocantina, com a presença de mais de dois mil atletas de 30 países.

“Dando continuidade à parceria de sucesso estabelecida com o Ministério do Esporte, propomos a realização de ações de promoção turística do Brasil no mercado internacional, por meio do apoio à divulgação dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas”, disse Vicente Neto.

Na reunião, o presidente da Embratur reafirmou que realizar os Jogos no Brasil é uma oportunidade para mostrar ao mundo toda a nossa diversidade, além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas e promover outros segmentos do Turismo como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura. “O sucesso desse evento se converterá em importante promoção internacional do País, com resultados positivos para a imagem do Brasil e tem grande perspectiva de inserção de destinos turísticos do Estado do Tocantins e de outras regiões brasileiras”, disse ele.

O intuito agora é associar a promoção do Brasil às manifestações culturais indígenas mais representativas (a gastronomia, a música, a dança e o artesanato) como ferramentas de fortalecimento da imagem do País como destino turístico único. Para isso, a Embratur vai intensificar a presença da cultura indígena na feira ITB (International Tourism Bourse), em Berlim (Alemanha), de 04 a 08 de março, com ações específicas junto aos operadores e agentes de viagens, imprensa especializada e formadores de opinião. A proposta é ter um espaço de exposição da cidade de Palmas dentro do estande do Instituto, além de apresentação cultural de grupo indígena.

Dos turistas alemães que vem ao Brasil a Lazer, quase 40% procuram o segmento Natureza, Ecoturismo e Aventura. “O apoio da Embratur é fundamental para o sucesso dos Jogos. Todo o estado de Tocantins tem um enorme potencial turístico que precisamos promover, além dos já conhecidos Jalapão e o artesanato com capim dourado. Temos cidades históricas e inúmeros locais para o Turismo de Aventura”, destacou o prefeito de Palmas, Carlos Amastha.

Também está previsto a participação da capital tocaninense em ações de relacionamentos com a imprensa internacional durante a feira e workshop para apresentar os Jogos Mundiais Indígenas ao público de interesse.

Thalita Cardoso